

11. Empresariamento e Militarização da educação: crítica, resistência e defesa da escola pública

O Programa Ensino Integral na rede estadual de São Paulo: empresariamento, militarização e controle do trabalho educativo

Larissa Candido da Silva ¹
Jeferson Anibal Gonzalez²

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta alguns resultados preliminares de uma pesquisa de caráter teórico-bibliográfico e documental em andamento para a conclusão do curso de *Especialização em Educação Básica* ofertado pelo campus Hortolândia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Enquanto tal, analisa-se aqui brevemente os documentos que embasam o *Programa Ensino Integral* na rede Estadual de São Paulo, explicitando-se seu alinhamento aos ideais empresariais e militares de controle do trabalho educativo.

2. ENSINO INTEGRAL E EMPRESARIAMENTO

O Programa de Ensino Integral foi implementado em 2012 no estado de São Paulo, a partir de ideais do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), uma entidade sem fins lucrativos, que em 2000, no estado de Pernambuco, foi parceiro da Secretaria Estadual de Educação e concebeu um novo modelo educacional (ICE, 2021).

A entidade visava a recuperação do Ginásio Pernambucano e buscou parceria com empresas privadas e referências pedagógicas e legais, como Antônio Carlos Gomes da Costa e Bruno Silveira, que compartilhavam de ideias em que a juventude e o seu Projeto de Vida estavam em foco (ICE, 2021).

Nas *Diretrizes do Programa de Ensino Integral* (São Paulo, 2014) é possível

¹ Pós-graduanda em Educação Básica pelo IFSP/Campus Hortolândia, professora de língua inglesa e portuguesa na rede estadual de ensino de São Paulo, candido.larissa@aluno.ifsp.edu.br.

² Doutor em Educação (FE/UNICAMP), Professor EBTT-Pedagogia no IFPR/Campus Astorga, jefersonanibalgonzalez@gmail.com.

verificar logo na seção de *Agradecimentos*, a menção a pessoas que estão presentes em iniciativas privadas ligadas à educação, dessa forma, as origens do Ensino Integral são retomadas ao ser citado o ICE. Segundo o documento, “Um dos pilares desse Programa foi **lançar as bases de um novo modelo de escola e de um regime mais atrativo na carreira do magistério**” (grifo do autor) (São Paulo, 2014, p. 6). E logo em seguida, declara que tem “o intuito de difundir, na rede de ensino do Estado de São Paulo, modelos de gestão escolar voltados para melhoria dos resultados educacionais” (SÃO PAULO, 2014, p. 6). Dessa maneira, observa-se a forte presença da ideologia empresarial-industrial, com foco no controle do processo produtivo que, na educação, revela-se no controle do trabalho educativo. A educação é vista, assim, como um produto e precisa gerar resultado, como uma empresa ou uma fábrica, bem ao gosto das concepções e neotecnicistas (Gonzalez, 2022). Esse aspecto também se manifesta nas leis que amparam o novo plano de carreira. Nela, os trabalhadores do magistério, passam a ser controlados, em um mesmo local de trabalho, pois, obrigatoriamente devem aceitar um regime de dedicação plena e exclusiva ao aderirem ao Programa.

Atualmente, há um novo regulamento que prevê requisitos específicos para que professores de toda a rede sejam reconduzidos a atuar na mesma escola no ano de 2025 e 2026, conforme segue a Resolução SEDUC N° 43, de 14 de junho de 2024 (p. 1-2). Para o ano de 2025, os docentes devem ter 95% ou mais de frequência em sala de aula, 100% de registro no diário de classe, conclusão ou participação no Programa Multiplica SP³ como cursista ou multiplicador, com frequência mínima de 75%. Já para 2026, a recondução foi atrelada aos resultados do *Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo* (SARESP) de 2024, que será contabilizado a partir das notas com meta ouro⁴ em mais da metade das turmas atribuídas. Ressalta-se também que o professor cujo contrato seja encerrado no ano vigente, não poderá ser reconduzido. Lembrando que os contratos são de três anos.

³ O programa faz parte das atividades da *Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação “Paulo Renato Costa Souza”* (EFAPE) e define a sua essência como a “formação entre pares, por meio da troca de experiências práticas e do compartilhamento de conhecimentos, para fomentar a solução colaborativa de desafios.” Ver: <https://multiplicasp.educacao.sp.gov.br/>.

⁴ Maior meta do modelo de notas atrelado também à atribuição de bonificação às escolas e professores pelo sistema instaurado pelo governo Tarcísio e o secretário Feder em SP.

A partir dessas considerações, observamos como o trabalho didático está sendo reorganizado sob as bases do neoprodutivismo, conforme afirma Saviani (2010). Presencia-se, assim, uma ordem didático-pedagógica relacionada a um perspectiva econômica, na qual não há lugar para todos, baseando-se na exclusão:

(...) a exclusão é pressuposta porque, incorporando crescentemente a automação no processo produtivo, a ordem econômica atual dispensa, também de forma crescente, mão de obra. Estimulando a competição e buscando maximizar a produtividade, isto é, o incremento do lucro, a extração de mais-valia, ela rege-se por uma lógica que estabelece o predomínio do trabalho morto (capital) sobre o trabalho vivo, conduzindo à exclusão deliberada de trabalhadores (SAVIANI, 2010, p. 29)

Portanto, os professores se encontram num sistema que constantemente os exclui, obrigando-os a participar de cursos, que “multiplicam” saberes para a reprodução e manutenção de uma “pedagogia da exclusão” e ao participar disso, os docentes se sentem empregáveis nesse sistema, e assim podem fugir da condição de excluídos. Entretanto, esse é apenas um dos requisitos, estes vivem constantemente tentando maximizar a sua produtividade para atingir metas ouro, já que essa também está atrelada à sua exclusão.

Mas qual é o real objetivo do controle do trabalho docente? Duarte (2001), aponta a necessidade capitalista de formar indivíduos adaptados:

Trata-se de preparar aos indivíduos formando as competências necessárias à condição de desempregado, deficiente, mãe solteira etc. Aos educadores caberia conhecer a realidade social não para fazer a crítica a essa realidade e construir uma educação comprometida com as lutas por uma transformação social radical, mas sim para saber melhor quais competências a realidade social está exigindo dos indivíduos. (Duarte, 2001, p. 38)

Assim, tanto os professores quanto os alunos precisam criar habilidades e competências que lhes permitam fazer parte do que Duarte (2001, p. 38) chama de “ditames da sociedade capitalista”.

Analisa-se na seção II. *O Programa de Ensino Integral na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo*, é explicado alguns pontos que já foram mencionados nas partes anteriores do documento e se elenca ao final os aspectos

do *Programa Ensino Integral* em quatro visões, sendo uma delas uma “escola alinhada com a realidade do jovem, preparando os alunos para realizar seu Projeto de Vida e ser protagonista de sua formação” (SÃO PAULO, 2014, p.13). Esse elemento, aliado à ênfase nas competências socioemocionais, revela um ideário ligado à chamada pedagogia das competências na qual se fragmenta o currículo escolar, reduzindo os conteúdos teóricos em favor de conhecimentos imediatamente (supostamente) aplicáveis ao fazer imediato (Gonzalez, 2022).

3. Ensino integral e militarização

A militarização da educação no estado de São Paulo teve início com a Resolução Conjunta SEDUC/SSP - N° 1, de 20-06-2024. Segundo Silva (2023), há uma ligação direta entre essa resolução e a implementação das escolas cívico-militares em escolas de ensino integral. Silva (2023) resgata trechos do *Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares* (Pecim), instituído pelo Decreto n° 10.004, de 5 de setembro de 2019, por Jair Messias Bolsonaro. Este programa menciona como objetivos o desenvolvimento integral, a educação integral como princípio, e a formação integral como fundamento pedagógico, entre outras especificidades (SILVA, 2023, p. 7).

Mesmo com o encerramento do programa pelo governo federal em 2024, o estado de São Paulo, sob a liderança do governador Tarcísio de Freitas, continua a avançar nessa direção. A correlação entre a Resolução Conjunta SEDUC/SSP - N° 1, de 20-06-2024 e o Pecim é evidente. Ambos os documentos resgatam valores militares como disciplina, civismo, ordem, segurança escolar e cultura de paz, especialmente através de projetos extracurriculares, como o *Projeto Valores* (SÃO PAULO, 2024, p. 5-6).

Portanto, verifica-se que a aliança desse programa com as escolas de ensino integral se torna mais um instrumento da perspectiva neoliberal, baseado no neotecnicismo, onde a lógica da aprendizagem se fundamenta no controle do trabalho educativo e da formação humana, modelando comportamentos desejáveis com o intuito de adaptar os sujeitos à sociabilidade capitalista. Dado que a abordagem tecnológica por meio da plataforma da educação não atingiu a padronização esperada, o autoritarismo exacerbado das escolas cívico-militares se justifica no

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

controle de desvios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das **Diretrizes do Programa de Ensino Integral** (São Paulo, 2014) revela a influência do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) na formação desse novo modelo educacional, que busca integrar práticas de gestão empresarial na educação. Com ênfase na produtividade, controle e resultados educacionais, associada a um regime de dedicação plena e exclusiva para os docentes, o *Programa* para o recrudescimento de uma pedagogia tecnicista e neotecnicista, que vê a educação como um processo produtivo a ser rigorosamente controlado como suposta garantia de resultados qualitativos.

As novas regulamentações para a recondução de professores reforçam esse controle, estabelecendo critérios rígidos de desempenho e participação em programas de formação, o que cria uma pressão constante sobre os educadores para maximizar sua produtividade e se adaptar às exigências do sistema. Essa abordagem reflete o que Saviani (2010) descreve como uma ordem econômica excludente, onde a competição e a automação crescentes excluem deliberadamente trabalhadores, promovendo uma pedagogia da exclusão.

O processo de implementação das escolas cívico-militares em andamento no estado, mesmo após o encerramento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) pelo governo federal, demonstra uma continuidade de valores militares como disciplina, ordem e segurança escolar, associados ao ensino integral. Essa aliança fortalece a perspectiva neoliberal e o neotecnicismo, onde a aprendizagem é vista como modelagem de comportamentos desejáveis à lógica do capital e o controle de desvios é justificado pelo autoritarismo das práticas militares.

Portanto, as mudanças na organização da educação estadual de São Paulo refletem uma tendência de empresariamento e militarização, buscando integrar modelos de gestão empresarial e valores militares na educação pública. Essas transformações trazem implicações significativas para o trabalho docente e a formação dos alunos, exigindo uma reflexão crítica sobre os impactos dessa reestruturação no contexto social e educacional.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

5. REFERÊNCIAS

DUARTE, Newton. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**: Rio de Janeiro. Set/Out/Nov/Dez, 2001, nº 18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KtKJTDHPd99JqYSGpQfD5pj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 de jul. 2024.

ICE - INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO. 2021. Disponível em: <https://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/#nossa-historia>. Acesso em: 28 mai 2023

GONZALEZ, Jeferson Anibal. Das máquinas de ensinar aos objetos virtuais de aprendizagem: tecnicismo e neotecnicismo na educação brasileira. 2022. (193 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/6702>. Acesso em: 7 ago. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Diretrizes do Programa de Ensino Integral. São Paulo: [s. n.], 2014. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/342.pdf>> Acesso em: 28 maio 2023.

SÃO PAULO. **Resolução Conjunta SEDUC/SSP - N° 1**, de 20-06-2024. Regulamenta a implementação do Programa Escola Cívico-Militar no Estado de São Paulo, no âmbito da Secretaria da Educação e da Secretaria da Segurança Pública, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo (2024). Disponível em: <https://www.doe.sp.gov.br/executivo/secretaria-da-educacao/resolucao-conjunta-seduc-ssp-n-1-de-20-06-2024-2024062011231220397588>. Acesso em: 18 de jul. 2024.

SÃO PAULO. **Resolução SEDUC N° 43**, de 14 de junho de 2024. Dispõe sobre a recondução de docentes, contratados nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, para a mesma unidade escolar de atuação. Diário Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo (2024). Disponível em: <https://www.doe.sp.gov.br/executivo/secretaria-da-educacao/resolucao-seduc-n-43-de-14-de-junho-de-2024-2024061411231220384160>. Acesso em: 18 de jul. 2024.

SAVIANI, Demerval. 2010. Trabalho didático e história da educação: enfoque histórico-pedagógico. In: BRITO, Silvia Helena Andrade; CENTENO, Carla Villamaina; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs). **A Organização do Trabalho Didático na História da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SILVA, Bruno A. R. da. A concepção cívico-militar de educação integral e(m) tempo integral. **Educação e Sociedade** (2023), 44. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/JXDMYpCR7xk4GLKSMcnYmhD/#>. Acesso em 22 jul. 2024.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná